

A COORDENAÇÃO ESTADUAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL FRENTE À (DES)COORDENAÇÃO DA UNIÃO: os casos da Bahia e Minas Gerais

Karoline de Oliveira

Resumo

Considerando evidências que apontam uma lacuna de pesquisas sobre o papel dos estados brasileiros na implementação, bem como, coordenação de políticas sociais, esta pesquisa tem o objetivo de discutir como foram desenvolvidas as ações de coordenação vertical dos governos estaduais na política de educação durante o governo de Jair Bolsonaro - 2019 a 2022. O período em questão é importante, porque dada a ausência de coordenação do governo federal no encaminhamento de diretrizes nacionais, especialmente na pandemia, os entes subnacionais foram condicionados a tomar mais decisões de forma autônoma. Para tanto, a pesquisa sintetiza uma análise exploratória sobre os estados Minas Gerais e Bahia, utilizando os seguintes procedimentos: pesquisa documental e análise de dados secundários, a partir de documentos técnicos, relatórios de pesquisa, relatórios de governo, atos normativos, notícias e entrevistas em jornais e revistas *on-line*. Portanto, a pesquisa problematiza se houve protagonismo nas ações desenvolvidas por esses estados na educação e, se essas ações figuram coordenação vertical.

Palavras-chave: Coordenação estadual. Implementação de políticas públicas. Política educacional.

Abstract

Considering evidence that points to a research gap on the role of Brazilian states in the implementation, as well as coordination of social policies, this research aims to discuss how the vertical coordination actions of state governments in education policy were developed during the government by Jair Bolsonaro - 2019 to 2022. The period in question is important, because given the lack of coordination by the federal government in forwarding national guidelines, especially in the pandemic, subnational entities were conditioned to make more decisions autonomously. To this end, the research summarizes an exploratory analysis of the states of Minas Gerais and Bahia, using the following procedures: documentary research and analysis of secondary data, based on technical documents, research reports, government reports, normative acts, news and interviews in online newspapers and magazines. Therefore, the research problematizes whether there was protagonism in the actions developed by these states in education and, if these actions figure in vertical coordination.

Keywords: State coordination. Implementation of public policies. Educational politics.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem crescido na produção acadêmica brasileira a preocupação de compreender o papel dos estados para a coordenação de políticas públicas, uma vez que desde a Constituição Federal de 1988, a agenda de estudos sobre o federalismo e as políticas sociais esteve centrada no papel do governo federal na coordenação federativa, tanto nos

processos decisórios, como na participação dos municípios na implementação dessas políticas. Para alguns autores, há uma lacuna de estudos que sistematizam a atuação dos estados brasileiros, bem como a forma como esses entes tomam decisões e coordenam políticas junto aos municípios (Arretche e Schlegel, 2014; Segatto e Abrucio, 2016; Silva, 2020; Abrucio *et al.*, 2021).

Assim, alguns dos estudos produzidos nos últimos anos sobre o papel dos estados na implementação de políticas sociais, bem como no desenvolvimento de mecanismos de coordenação e de cooperação, têm demonstrado que a atuação desses entes é heterogênea (Grin, *et al.*, 2022; Abrucio, *et al.*, 2020; Segatto e Abrucio, 2016), uma vez que a autonomia subnacional para execução das políticas produz diferentes resultados. Essa variação nos resultados e a permanência de desigualdades na oferta dos serviços foi ampliada durante o período em que Bolsonaro governou o país, especialmente durante a pandemia da covid-19, devido à ausência de coordenação do governo federal.

É sabido que o fortalecimento da ação coordenadora do governo federal durante a década de 1990 se tornou central para a formulação de programas, construção de diretrizes nacionais e mecanismos de redistribuição de recursos, especialmente no caso das políticas sociais. Essa trajetória consolidou o *policy decision making* no governo central, reservando autonomia subnacional para a implementação das políticas (Oliveira e Segatto, 2023; Souza, 2023).

Porém, com o vazio de atuação do governo federal entre 2019 e 2022, os governos estaduais assumiram a liderança de medidas preventivas e coordenam questões sensíveis. Nesse sentido, os executivos estaduais tiveram que se adaptar às circunstâncias e desenvolveram um protagonismo na tomada de decisão (Souza, 2023). Embora essa seja uma evidência amplamente reconhecida na literatura recente (Souza 2023; Abrucio, 2021, Grin *et al.*, 2022), pouco se sabe sobre como esses governos atuaram em diferentes áreas de políticas públicas e se o período em questão fortaleceu a agência política dos estados, não apenas como meros executores, mas coordenadores das políticas em detrimento da lacuna de diretrizes da União.

Essa pesquisa tem por objetivo discutir como foram desenvolvidas as ações de coordenação dos governos estaduais na política de educação por dois motivos: primeiro porque dada a ausência de articulação do Ministério da Educação (MEC) com os entes subnacionais desde 2018, os secretários municipais e estaduais de educação assumiram a coordenação das redes de ensino (Abrucio, 2021). Em segundo lugar, porque essa política social foi largamente afetada no contexto pandêmico, exigindo dos entes subnacionais a habilidade de definir estratégias, soluções ou ações de coordenação para viabilizar a

efetivação do ensino em um contexto adverso e de aprofundamento das desigualdades em um momento em que a União não teve papel ativo no enfrentamento às crises exógenas (Souza e Fontanelli, 2021).

Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida com levantamento secundário de informações, por meio da pesquisa documental. Os dados analisados foram coletados por meio de documentos técnicos, relatórios de pesquisa, relatórios de governo, atos normativos, notícias e entrevistas em jornais e revistas *on-line*. Os resultados apresentam uma sistematização de dois casos: Minas Gerais e Bahia.

Este artigo está organizado nesta introdução, uma seção que discute as recentes mudanças na coordenação federal nos últimos anos e explica a escolha dos casos, uma seção que apresenta as ações desenvolvidas no estado de Minas Gerais e uma seção sobre as ações no estado da Bahia. Por fim, são apresentadas algumas conclusões da pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

A coordenação das políticas no Brasil foi definida em matéria Constitucional, mas seu desenho foi organizado a partir de normas infraconstitucionais ou de acordos e negociações. Ao longo da década de 1990 o governo federal passou a criar dispositivos para regulação das competências concorrentes (Grin *et al.*, 2022), com emendas feitas à Constituição Federal que organizaram a participação dos entes nas políticas sociais e, do ponto de vista fiscal, deram previsibilidade às transferências, pois “vincularam recursos das três esferas para seu provimento” (Souza, 2019, p. 7).

Assim, as competências e regulamentações exercidas por meio da coordenação nacional foram fundamentadas no intuito de reduzir as desigualdades entre as regiões e entre os níveis de governo, elemento presente nas federações com maiores disparidades econômicas e sociais, como no caso do Brasil (Segatto e Abrucio, 2016). Por isso, se consolidou ao longo do tempo a atuação de um governo central que busca igualar as regras fiscais e tributárias e as políticas sociais implementadas localmente visando diminuir a falta de capacidade de acesso dos entes subnacionais com menores recursos financeiros e técnicos (Almeida, 2005; Machado e Palotti, 2015).

Em anos recentes, a ausência de pesquisas sobre o papel dos estados no federalismo brasileiro e de análises que ajudem a compreender a implementação de políticas no nível intermediário, especialmente as relações entre estados e municípios, tem se tornado motivação para a consolidação de uma agenda de pesquisa com esse foco (Abrucio, 2021; Gomes *et al.*, 2023).

Dois eventos contribuíram para a importância dessas análises, pois afetaram a estrutura de coordenação das políticas no Brasil, sendo eles: 1) a aprovação da Emenda do Teto dos Gastos Públicos em 2016, que limitou os gastos do governo federal em 20 anos, a partir de 2017, acarretando em uma diminuição de transferências induzidas para implementação de políticas públicas nos governos subnacionais; 2) a eleição do Presidente Jair Bolsonaro (PSL)¹ em 2018, período em que o governo federal renunciou ao papel de criar incentivos à coordenação e cooperação de políticas, especialmente durante a pandemia (Souza e Fontanelli, 2021; Oliveira e Fernandez, 2021).

De acordo com a literatura, a ausência de atuação do governo federal, a chamada (des)coordenação, exigiu maior resposta dos entes subnacionais e a criação de novas experiências de cooperação entre estados e municípios (Abrucio *et al.*, 2021; Grin *et al.*, 2022). Além disso, a covid-19 acentuou a crise institucional e política do país, afetando a estrutura das relações intergovernamentais, já que durante a pandemia os governos subnacionais tiveram papel crucial na administração da linha de frente para a provisão de serviços clínicos, a execução de medidas de saúde pública e de confinamento.

O princípio de austeridade do governo Bolsonaro na implementação das políticas sociais neste período levou a uma desresponsabilização da União na formulação e coordenação de diretrizes gerais, repassando essa responsabilidade aos governos subnacionais (Abrucio, 2021). Os governadores e prefeitos se tornaram protagonistas das ações de combate à covid-19, como por exemplo: a compra de vacinas de maneira autônoma, o desenvolvimento de medidas de prevenção e protocolos de saúde e a compra de equipamentos de segurança (Grin *et al.*, 2022).

No que diz respeito à política de educação, houve uma modificação no seu desenho durante a redemocratização no Brasil, a partir de ampliação da inserção do tema na agenda pública. Ainda assim, esta política se manteve mais descentralizada, pois embora centrais para reduzir desigualdades, os principais mecanismos de coordenação do governo central são a construção de diretrizes nacionais, a redistribuição de recursos e assessoria técnica aos entes subnacionais (Segatto, 2015; Abrucio, 2021). Por isso, a variação nos resultados das políticas e a permanência de desigualdades na oferta dos serviços educacionais representam a heterogeneidade na adoção de estratégias pelos governos estaduais, elemento acentuado durante a pandemia.

Dadas as evidências, o período em questão se torna relevante para produção de análises sobre o papel dos estados na provisão de políticas de educação, bem como para

¹ Eleito para o mandato com início em 2018 pelo Partido Social Liberal, deixou a sigla no ano seguinte. Em 2021 o então presidente se filiou ao Partido Liberal (PL).

compreender se e como esses entes foram protagonistas no exercício de sua função coordenadora junto aos municípios na educação. Portanto, a pesquisa visa responder às perguntas: quais processos decisórios foram tomados pelos governadores na política de educação? Houve coordenação dos estados junto aos municípios nesta política?

Para responder a essas perguntas, a pesquisa apresenta uma análise exploratória sobre os estados de Minas Gerais e Bahia durante o período (2019-2022). Esses estados foram escolhidos por dois critérios: 1) Selecionar casos com base na orientação partidária e o alinhamento dos governos estaduais com o governo federal à época², visando entender até que ponto esse alinhamento impactou na coordenação desses estados com os municípios; 2) Selecionar casos com dados populacionais, territoriais e de matrículas semelhantes. Esses dados podem ser comparados no quadro 1.

De acordo com Gomes *et al.* (2023), são os aspectos políticos e contextuais, para além das condições epidemiológicas locais, como o alinhamento político dos governadores com o Presidente Bolsonaro, que explicam a variação nas medidas adotadas durante a pandemia da Covid-19. Portanto, essa variável foi utilizada para escolha dos casos, além de servir como teste para verificar se na política de educação, esse elemento constitui fator explicativo. Em relação aos casos escolhidos, o estado da Bahia foi o menos rigoroso, da região nordeste, nas medidas de isolamento social durante a pandemia (média de 3,48). Já Minas Gerais também foi o estado que adotou as menores restrições da região sudeste (média de 3,26). Assim, as médias de restrições são próximas, embora o rigor nas medidas de isolamento tenha variado nos casos escolhidos (Gomes *et al.*, 2023).

Quadro 1: Informações populacionais, territoriais e de matrículas da Bahia e Minas Gerais

Estado	Coordenação com a União	Região	Área territorial (km ²)	População	Matrículas Ensino Fundamental
Minas Gerais	Sim	Sudeste	586.513,983	21.411.923	2.407.107
Bahia	Não	Nordeste	564.760,429	14.985.284	1.946.957

Fonte: Elaboração da autora com base nos autores Rômulo *et al.* (2021) e dados do IBGE (2023).

² Portanto, foram selecionados casos que possuíam alinhamentos diferentes. De acordo com Rômulo *et al.* (2021) e Gomes *et al.* (2023) a Bahia tinha como Governador Rui Costa (PT) e não existia naquele momento, coordenação e alinhamento político com o governo federal. Já Minas Gerais, governado por Romeu Zema (NOVO) possuía um alinhamento político/ideológico que promoveu coordenação com o governo federal.

A pesquisa adotou metodologia qualitativa, com os seguintes procedimentos: pesquisa documental e análise de dados secundários. Os dados analisados foram coletados por meio de documentos técnicos, relatórios de pesquisa, relatórios de governo, atos normativos, notícias e entrevistas em jornais e revistas *on-line*. O levantamento das informações foi realizado de abril a julho de 2023 e foram sistematizadas em um banco de dados separado por tipo de conteúdo e ano de publicação. Os resultados apresentam as principais propostas de campanha e o cumprimento ou as discussões em torno da implementação delas no período analisado. Além disso, mostra em quais políticas ou programas houve coordenação estadual.

2.1 A política de educação em Minas gerais de 2019 a 2022

A eleição do governador Romeu Zema (NOVO) em Minas Gerais ocorreu em meio à escalada de ascensão do bolsonarismo no Brasil. O candidato, alinhado politicamente ao governo federal, venceu a eleição no segundo turno com 71,8% dos votos válidos (Trajano e Freitas, 2018). A Secretaria Estadual de Educação (SEE) foi assumida por Julia Sant'Anna³ que permaneceu na pasta até agosto de 2022, mês em que pediu exoneração do cargo por motivos desconhecidos e foi substituída por Igor de Alvarenga⁴ (Minas Gerais, 2022).

Em seu plano de governo, Zema apresentou nove promessas que buscavam trazer mudanças para a educação estadual no que diz respeito à maior liberdade individual, melhor desempenho e formação dos alunos. Assim, o governo propunha: realizar parcerias público-privadas (PPPs) para reformar e gerenciar as unidades escolares; promover igualdade de condições, destinando maiores recursos às escolas com situação precária e com piores indicadores; criar competitividade por desempenho, por meio da premiação das escolas com melhor evolução nos indicadores educacionais; instituir o ensino privado em escolas públicas ociosas, ofertando bolsas para alunos da rede estadual em contrapartida; dar mais autonomia aos professores para escolha dos métodos didáticos; desburocratizar a gestão pública para permitir a abertura de mais escolas privadas na educação básica; instituir a liberdade individual do aprendizado por meio da utilização de vouchers, oferecidos pela SEE, no mercado educacional privado; realizar parcerias com os municípios e com o setor privado para melhorar a infraestrutura e o currículo das escolas rurais, e; aumentar o engajamento dos pais e professores por meio da utilização de aplicativos e sistemas *on-line* (Novo, 2018).

³ Doutora em Ciência Política pelo IESP/UERJ. Anteriormente, tinha sido subsecretária de infraestrutura e tecnologia da Secretaria Estado de Educação do Rio de Janeiro.

⁴ Servidor de carreira da rede estadual de educação de Minas Gerais, atuou como subsecretário de Articulação Educacional da SEE/MG.

De modo geral, o plano de governo tinha como principal elemento discursivo a privatização das escolas públicas e a redução da participação do Estado na gestão da educação. Não é possível identificar nas promessas, ações que visem a coordenação das políticas de educação junto aos municípios, especialmente no que diz respeito ao ensino fundamental, com exceção da promessa de realizar parcerias para melhorias na infraestrutura das escolas rurais. Além disso, as promessas não constituíam projetos ou programas de governo com metas e indicadores específicos, mas sim ideias norteadoras que indicavam as prioridades do governo (Rodrigues, 2023).

Para colocar parte dessas ideias em prática, a SEE apresentou, em 2020, o Projeto Somar, que prevê a gestão compartilhada das escolas estaduais de ensino médio com a iniciativa privada. Desde sua apresentação, a proposta foi amplamente contestada por especialistas e trabalhadores da educação, que viam na alternativa uma forma de ataque à democracia e à educação pública de qualidade, pois causaria a precarização da educação pública e a demissão em massa de professores e diretores. Mesmo com as resistências apresentadas, o projeto foi efetivamente implantado no ano de 2021 como um piloto em três escolas da rede (Rodrigues, 2023).

Na perspectiva de fortalecer o regime de cooperação com os municípios, a SEE apresentou o Projeto Mãos Dadas para apoiar a municipalização dos anos iniciais do ensino fundamental⁵ com repasse de recursos técnicos, materiais e financeiros. Os Projetos Somar e Mãos Dadas foram objeto de audiências públicas que envolveram os profissionais da educação, universidades, representantes das comunidades escolares, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE) e o governo do estado. Nas audiências presenciais e virtuais realizadas, diferentes entidades argumentaram que os dois projetos estavam sendo implementados de forma impositiva, sem diálogo e participação social, ocasionando uma desresponsabilização do governo estadual em relação aos problemas educacionais (Rodrigues, 2023).

O Mãos Dadas consta no Projeto de Lei (PL) 2.657/21 e encontra-se arquivado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Entretanto, existem denúncias de que o projeto estaria sendo aprovado e implantado em algumas prefeituras mesmo sem aprovação do PL no âmbito estadual. Entre as principais críticas apresentadas à proposta, as prefeituras apontam que: 1) a discussão sobre o tema tem sido conduzida de forma apressada pelo governo estadual; 2) que há uma incapacidade dos municípios de assumir essa

⁵ De acordo com dados da SEE, atualmente 553 municípios ainda possuem oferta dos anos iniciais do ensino fundamental pela rede estadual.

responsabilidade, e; 3) que a proposta prevê apoio aos municípios por meio de uma parcela única de recursos, porém não prevê o custeio da municipalização (ALMG, 2022).

Assim, o único projeto que visava a colaboração com os municípios foi discutido e implementado, em alguns municípios, com forte oposição das principais entidades de base, profissionais e especialistas da educação durante o período analisado. De acordo com informações da ALMG (2022), os municípios tinham incertezas em relação à implementação do projeto e os impactos para os servidores, especialmente no que diz respeito ao pagamento do Piso Salarial e a composição dos cargos. Também não foi possível identificar, nos dados coletados, se houve diálogo e participação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime/MG) no processo de discussão da proposta.

Mesmo que a municipalização do ensino fundamental seja altamente reconhecida como uma ação coordenada, induzida inclusive pelo antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)⁶ e incentivada pelos executivos estaduais de forma a descentralizar o ensino, como ocorreu no caso do Pará, Ceará e São Paulo (Gomes, 2009), no caso do estado de Minas a discussão parece ser desenvolvida com forte resistência da comunidade política de educação e da sociedade civil, demonstrando uma falta de diálogo e convencimento por parte do governo estadual para realização da proposta.

Outros projetos visavam processos privatistas na educação como o Programa Jovem do Futuro através de uma parceria com o Instituto Unibanco e o projeto Trilhas do Futuro que apresenta o objetivo de ofertar cursos técnicos na iniciativa privada. As características privatistas também estavam presentes em outras frentes do governo. Do ponto de vista econômico, Zema buscou a privatização de estatais que atuavam em áreas estratégicas para o desenvolvimento social, a exemplo da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) e a Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig) (Vasconcelos, 2022).

Em relação às ações desenvolvidas durante a pandemia, a SEE paralisou as aulas nas escolas estaduais em 18 de março de 2020 por três dias. De acordo com Gomes e Melo (2021), Minas Gerais foi um dos poucos estados que não estipulou a suspensão das aulas nas redes municipais, nas escolas privadas ou até mesmo no ensino superior.

Em 22 de abril, foi emitida a Resolução Nº 4.310/2020 que regulamentou o Regime de Estudos não Presenciais (Reanp). A medida reorganizou o calendário escolar, introduziu o desenvolvimento das atividades escolares por meio de um Plano de Estudo Tutorado (PET)

⁶ Desenho institucional que gerou incentivos fiscais para que municípios aumentassem a oferta escolar no ensino fundamental, creche e pré-escola.

e o criou o Programa de TV “Se Liga na Educação”⁷ realizado em parceria com a Rede Minas. Inicialmente, foi disponibilizada como alternativa de teletrabalho a plataforma Estude em Casa, que atendia aos servidores e alunos da rede estadual. Dentro dessa plataforma era possível acessar o PET, o Se Liga na Educação e o Conexão Escola, aplicativo desenvolvido para *smartphones* (Leão, Oliveira e Mandú, 2020; Oliveira e Araújo, 2021; Coelho e Oliveira, 2023).

Um dos desafios das ferramentas desenvolvidas era o de alcançar o maior número de alunos possível. Em Minas Gerais 21% dos domicílios não possuíam acesso à *internet* na época. Por isso, era de responsabilidade das escolas assegurar a disponibilização do material impresso e realizar a distribuição a esses alunos. Em 2021, foi apresentado o Conexão Escola 2.0, que trazia como novidade o convênio que o governo do estado fez com a *Google* oferecendo o *Google Sala de Aula*, ambiente virtual para visualizar e enviar atividades, o *Google Meet* para reuniões on-line e o *Google Agenda* (Leão, Oliveira e Mandú, 2020; Coelho e Oliveira, 2023).

De acordo com Barberia, Cantarelli e Schmalz (2020) Minas Gerais e Paraíba foram os estados que apresentaram os melhores planos de educação à distância no que diz respeito ao tempo de apresentação da proposta e a taxa de cobertura do programa. A pesquisa de Licio, Pallotti e Meneses (2023) demonstrou que o estado de Minas Gerais atua fortemente na educação por sua proeminente presença na provisão da educação básica, uma vez que a rede estadual é responsável por 61% das matrículas do ensino fundamental II, além da larga presença na oferta do fundamental I em mais da metade dos municípios mineiros.

É sabido que os governos estaduais têm um papel relevante para ampliar as capacidades estatais em TIC nos governos municipais, pois a coordenação estadual pode contribuir para a redução de assimetrias regionais, seja provendo recursos financeiros, no desenvolvimento de parcerias e trocas de experiências e no compartilhamento de recursos tecnológicos, como sistemas e soluções (Ribeiro *et al.*, 2021). Entretanto, nenhuma das soluções desenvolvidas pela SEE foram compartilhadas com as redes municipais.

Nesse sentido, mesmo que as soluções tenham sido apresentadas de forma rápida, pelo menos duas questões podem ser levantadas: em primeiro lugar a opção remota encontra como limite as desigualdades da população mineira no acesso à internet e a aparelhos digitais, como computadores e celulares. Além disso, é preciso considerar as dificuldades dos alunos no manuseio dessas ferramentas, seja para acessar links de aulas, interagir ou fazer perguntas, como demonstrou Leão, Oliveira e Mandú (2020). Em segundo lugar, todas

⁷ Apresentava teleaulas subdivididas por conteúdo curricular. As aulas possuíam 20 minutos cada e eram transmitidas de segunda a sexta-feira das 7h30 às 12h30 (LEÃO, OLIVEIRA, MANDÚ, 2020).

medidas desenvolvidas durante a gestão da secretaria Julia Sant'Ana foram direcionadas somente às escolas estaduais, elemento que significou planos mais frágeis nos municípios. Barberia, Cantarelli e Schmalz (2020) indicam que

nossos achados na codificação de estados e municípios sugerem que escolas municipais receberam menos serviços do que as estaduais. No entanto, é importante ressaltar que o estudo se limita a capitais estaduais, que tendem a ser as cidades mais ricas de cada estado. Por este motivo, existe a possibilidade de que problemas ainda mais graves aconteçam com os planos oferecidos em municípios menores (p. 15).

Portanto, é possível afirmar que o estado de Minas Gerais tenha sido protagonista de ações durante a pandemia, tendo em vista a busca por soluções rápidas. Todavia, não foi possível identificar ações conjuntas com os municípios, tanto do ponto de vista da organização do calendário escolar, quanto da disponibilização de ferramentas tecnológicas para atividades *on-line*. É possível dizer que a forte presença da rede estadual nos municípios, ofertando o ensino fundamental, tenha reduzido o impacto da ausência de ações coordenadas e cooperadas (Licio, Pallotti e Meneses, 2023). Entretanto, não se pode afirmar que a governança colaborativa, tal qual identificada por outros autores no caso da saúde, se desenvolveu no estado em função da ausência de diretrizes da União.

2.2 A política de educação na Bahia de 2019 a 2022

Na Bahia, a eleição para o governo do estado foi decidida ainda no primeiro turno com 75,5% dos votos válidos para a reeleição de Rui Costa (PT), candidato que se opunha politicamente ao governo Bolsonaro (G1, 2018). Para compor seu 2º mandato, o governador eleito escolheu Jerônimo Rodrigues como secretário estadual de educação, nome reconhecido por ser um quadro técnico⁸ e acadêmico (Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana). Durante o governo, a Secretaria da Educação do Estado (SEC) realizou um investimento de R\$3,5 bilhões em infraestrutura escolar (Bahia, 2022).

Em seu plano de governo, Rui Costa apresentava uma série de propostas para a área que contemplavam todas as etapas de ensino da educação básica. As promessas de campanha envolviam ações direcionadas para formação de professores, construção de novas escolas e de quadras de esporte, implementação da educação profissional, um projeto intersetorial para permanência e reingresso de jovens evadidos, além de uma série de ações

⁸ Foi secretário nacional do Desenvolvimento Territorial, secretário-executivo adjunto do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2011-2014) e secretário estadual de Desenvolvimento Rural da Bahia (2015-2019).

voltadas para as tecnologias digitais. O quadro 2 apresenta o status dessas promessas.

Quadro 2 - Status das promessas de campanha - educação da Bahia (2019-2022)*

PROMESSA	STATUS	JUSTIFICATIVA
Entregar kits de notebooks com acesso em banda larga e rede interna de wifi a 700 escolas até 2022	Em parte	As entregas foram prejudicadas pela pandemia e o fechamento das escolas e interrupção das aulas presenciais.
Implantar, até 2022, 8 cursos de formação de docentes dos cursos regulares e da carreira indígena	Cumpriu	
Ofertar pós-graduação em Educação, Processos Tecnológicos e Práticas Inovadoras para 3 mil professores	Cumpriu	
Projeto Escola Sustentável: realização de, pelo menos, oito cursos para docentes, por Território, até 2022	Cumpriu	
Implantar a Educação Profissional Intermediada por Tecnologia (EPITEC) em 240 escolas até 2022	Cumpriu	
Implantar o Projeto Ciência na Escola, em 25% do total das escolas da rede a cada ano, até 2022	Cumpriu	
Formar, até 2022, 1,2 mil profissionais para atuar no Projeto Acolher (Saúde mental nas escolas)	Cumpriu	
Implantar videomonitoramento para segurança em 600 escolas até 2022	Cumpriu	
Implantar o Projeto Ciência na Escola (PCE) - Cadernos de apoio à aprendizagem	Em parte	Os livros foram elaborados e distribuídos, porém não foram utilizados.
Construir 60 novas unidades escolares até 2022	Cumpriu	
Implementar o Projeto S.A.R.A.H.D.O (atendimento domiciliar a estudantes hospitalizados ou enfermos)	Cumpriu	
Entregar 600 escolas com quadras cobertas até 2022	Em parte	Foram construídas ou reformadas 491 escolas.
Formar 8 mil profissionais em ambiente digital	Cumpriu	
Alfabetizar 100 mil pessoas e formar 5 mil alfabetizadores até 2022 (Todos pela alfabetização)	Não cumpriu	A ação foi suspensa por conta do período pandêmico.

PROMESSA	STATUS	JUSTIFICATIVA
Implementar o projeto Olimpíadas Estudantis da Rede Pública	Cumpriu	
Criar programa intersetorial para a permanência e volta à escola de adolescentes e jovens trabalhadores	Cumpriu	
Implementar o projeto Escolas Culturais em uma escola por Território a cada ano até 2022	Em parte	O projeto foi implementado em 85 das 108 escolas.
Incluir a Pedagogia da Alternância em quatro escolas por Território, chegando a 130 escolas até 2022	Em parte	Até 2020 tinham sido ofertadas 18 turmas em 6 unidades escolares. O governo não forneceu dados atualizados.
Criar plataforma digital para comunicação com a secretaria	Cumpriu	
Implantar ao menos um curso de formação profissional em cada unidade escolar do ensino médio	Cumpriu	
Incluir a Agroecologia no currículo como disciplina em todas as escolas do campo até 2022	Cumpriu	
Ofertar uma das modalidades de Cursos Técnicos em Agroecologia, Aquicultura e Processamento de Pescados nos 27 Territórios, chegando a 24 até 2022	Cumpriu	

Fonte: Elaborado pela autora com base no Programa de Governo Participativo (2018) e no Portal G1 (2023).

*Apresenta apenas ações voltadas para educação básica. Exclui outras promessas realizadas na área da cultura.

Como pode-se ver, das 22 promessas para a educação básica, apenas 6 foram parcialmente realizadas ou descumpridas. Não à toa, o governo de Rui Costa se destacou pelos investimentos realizados na assistência estudantil, na criação de escolas de tempo integral e na contratação de novos professores, para citar alguns exemplos. Segundo pesquisa do Datafolha realizada em 2022, a gestão foi avaliada como boa ou ótima por 48% dos eleitores e como regular por 32% (Carvalho, 2023). Os resultados apresentados nesta e em outras políticas, além do cumprimento de parte significativa das promessas de campanha, pode ser um dos fatores explicativos para a alta aprovação e a consequente eleição do então Secretário Jerônimo como atual governador (2023-2026).

Durante a pandemia, momento em que o ambiente de incerteza condicionava a necessidade de decisões com caráter de urgência, o governo estadual coordenou as medidas de enfrentamento ao coronavírus. Assim como em outros estados, o governo decretou emergência em todo o território baiano, adotou medidas de distanciamento social e de reorganização dos serviços públicos. Na educação, houve cooperação entre estado e

municípios para a suspensão das aulas, inclusive com o município de Salvador que é a capital e maior cidade, governada por líderes de coalizões opositoras (Barbosa *et al.*, 2022; Barbosa, 2021).

Importante ressaltar que a Bahia já possuía uma trajetória de cooperação desde 2015 por meio dos consórcios interfederativos para o Planejamento Participativo Anual (PPA) e os consórcios regionais de saúde para a gestão compartilhada entre estado e municípios das Policlínicas Regionais de Saúde (PRS). Além disso, pode-se citar a participação do estado na constituição do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) em 2019, primeiro consórcio entre estados federados do Brasil (Clementino, 2019; Viana *et al.*, 2023).

Considerando o período analisado, algumas das ações que ocorreram em regime de colaboração com os municípios na gestão do secretário Jerônimo são: a descentralização de recursos e aquisição de ônibus escolares para os municípios com o Programa Estadual de Transporte Escolar (PETE), a aplicação de avaliação em Língua Portuguesa e Matemática, através do Sistema de Avaliação Baiano de Educação (SABE) e a formação de gestores e técnicos⁹ (Bahia, 2023).

Em meio às dificuldades de aprendizagem impostas pelo distanciamento social, a Secretaria Estadual de Educação criou dois programas emergenciais de assistência estudantil com objetivo de combater a evasão escolar, o Bolsa Presença e o Vale Alimentação Estudantil - PVAE. Cabe informar que essas políticas foram direcionadas apenas aos alunos da rede estadual, e não houveram ações de caráter assistencial em colaboração com os municípios.

O Bolsa Presença é um programa voltado para famílias em situação de vulnerabilidade social e visa apoiar os estudantes regularmente matriculados na rede estadual de ensino com o benefício mensal de R\$150,00. A concessão do benefício está vinculada à atualização dos dados do aluno na unidade escolar e da família no CadÚnico, a assiduidade do aluno e sua participação nas avaliações de aprendizagem. Em 2022 o programa passou a ser uma política permanente, sancionada pela Lei 14.310/2021 (Bahia, 2021a). Já o Projeto PVAE, aprovado pela Lei Ordinária 14.259/2020, visava transferir renda aos estudantes que ficaram sem acesso à merenda escolar durante a suspensão das aulas. O benefício, no valor de R\$55,00 por estudante, poderia ser usado em redes de supermercados que aderiram ao projeto (Bahia, 2021b).

⁹ A chamada Formação Continuada Territorial foi realizada pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia por meio do Instituto Anísio Teixeira (IAT). Tem como público alvo os Coordenadores(as) Pedagógicos(as), Gestores(as) Escolares e Equipes Técnicas das redes municipais que fizeram a adesão ao regime de colaboração. Mais informações em: <http://educadores.educacao.ba.gov.br/fc0>

O ensino remoto na Bahia foi normatizado através do Regime Especial de Atividade Curricular pelo Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE/BA). O Conselho orientou a forma como as atividades curriculares deveriam ser aplicadas nos domicílios dos estudantes das redes e unidades escolares da educação básica. A Resolução nº 34/2020, permitia que a adesão ao Regime especial em questão pudesse ser feita a qualquer momento pelas unidades de ensino. Assim, o CEE/BA teve importante papel na reorganização das atividades curriculares, orientando os procedimentos e as formas de aplicação das atividades remotas, embora deixasse a cargo de cada unidade escolar a obrigação de identificar e gerenciar os suportes digitais necessários à sua implementação (Conselho Estadual de Educação, 2021).

Assim, a ausência de coordenação da SEC na implementação do ensino remoto significou uma fragmentação na utilização de ferramentas digitais pelas unidades de ensino, já que o governo estadual permitiu que municípios e escolas adotassem iniciativas próprias. Como resultado, houve uma grande heterogeneidade na adoção de programas de ensino à distância pelos municípios, levando ao aumento das desigualdades regionais. Isso porque houve atrasos na introdução desses programas, fator que impactou o calendário escolar e impôs dificuldades de adaptação dos docentes e alunos (Gomes, 2022). O governo da Bahia, por exemplo, foi o único estado do Brasil que não apresentou nenhum plano de ensino entre os meses de março a outubro de 2020, após o fechamento das escolas (Barberia, Cantarelli e Schmalz, 2020).

Mesmo com as ações desenvolvidas, o governo não se isentou de críticas. Em 2022, com a proximidade das eleições, os resultados e indicadores educacionais foram os principais alvos da oposição no estado. De acordo com Rui Costa, as críticas visavam condenar a gestão de Jerônimo, então candidato à eleição ao governo. Em entrevista concedida em 2022 ao jornal Babia.ba, Rui Costa afirma:

Eu quero saber o que o povo pensa de crianças de dez anos que não estão alfabetizadas. De quem é responsabilidade? É do governo do estado? Ou do município? Por exemplo, de Salvador, que continua produzindo crianças de dez anos analfabetas, de quem é responsabilidade? [...] as maiores cidades da Bahia, inclusive Salvador, os prefeitos não têm coragem de assumir o ensino fundamental. De quem é a responsabilidade do ensino fundamental no Brasil? De quem é a responsabilidade pela oferta de creche no Brasil? É muita cara de pau dessa gente (Santana e Amine, 2022).

É possível identificar nesses trechos que a disputa política de coalizões opositoras entre o governo do estado e as prefeituras municipais pode ter sido fator impeditivo para uma coordenação do estado frente a redistribuição de recursos e apoio aos municípios para implementação do ensino fundamental, especialmente no período pandêmico, que exigiu

estratégias complexas para implementar o ensino remoto. Assim, embora algumas políticas tenham sido implementadas em colaboração com os municípios durante o período analisado, a fala do governador parece indicar a existência de conflitos no exercício da sua função coordenadora e supervisora, já que, na verdade, estados e municípios compartilham as responsabilidades pela provisão do ensino fundamental (Barberia, Cantarelli e Schmalz, 2020).

Sendo assim, o estado foi protagonista de ações para a educação no período analisado e, especialmente antes da pandemia, promoveu ações coordenadoras junto aos municípios em algumas políticas educacionais. Entretanto, as políticas assistenciais emergenciais foram implementadas apenas para a rede estadual e houve, ainda, a ausência de atuação da SEC na busca de soluções para o ensino remoto tanto para a rede estadual, como para as municipais.

3 CONCLUSÃO

Essa pesquisa buscou identificar se os estados de Minas Gerais e Bahia foram protagonistas na implementação de ações e na coordenação das políticas de educação durante o governo do Presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). Os casos foram escolhidos visando testar se o alinhamento político (favorável ou oposição) do governador com a União promoveu diferentes respostas, tendo em vista a ausência de coordenação do governo federal no período. É possível dividir os resultados em dois momentos: antes e pós pandemia.

No caso de Minas Gerais (favorável ao governo federal), houve ausência de ações coordenadas antes da pandemia. Na verdade, o único projeto do governo que objetiva uma cooperação com os municípios para municipalização dos anos iniciais do ensino fundamental, tem sido implementado sem discussão prévia e com fraca participação popular, o que tem gerado críticas e questionamentos em relação ao processo de construção da proposta. Por outro lado, o governo estadual se destacou pela agilidade na elaboração de medidas para viabilizar o ensino remoto, mesmo que as ações tenham sido voltadas apenas para a rede estadual.

No estado da Bahia (oposição ao governo federal), ações cooperadas foram desenvolvidas junto aos municípios nas políticas de transporte escolar, na aplicação da avaliação em Língua Portuguesa e Matemática, através do Sistema de Avaliação Baiano de Educação e na formação de gestores e técnicos. Entretanto, durante a pandemia, o governo estadual apenas coordenou a suspensão das aulas e não apresentou, para ambas as redes, alternativas para o ensino remoto. As únicas medidas que podem indicar algum protagonismo

do estado neste momento de crise, foram as políticas emergenciais de assistência estudantil, implementadas na rede estadual.

Esse resultado demonstra que o alinhamento político do estado com o governo federal tem correlação com presença ou ausência de ações de coordenação desenvolvidas antes da pandemia, como mostra o quadro 3.

Quadro 3. Existência de ações de coordenação na política de educação. Minas Gerais e Bahia

Estado	Alinhamento ao governo federal	Ações de coordenação	Protagonismo na pandemia
Minas Gerais	Sim	Não	Sim
Bahia	Não	Sim	Oscilou

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Entretanto, esse alinhamento não contribui para explicar as diferentes respostas durante o distanciamento social: Minas Gerais se destacou pela agilidade e cobertura do plano de educação à distância apresentado, ainda que com ausência de cooperação. Já o estado da Bahia não apresentou nenhuma proposta, mesmo após meses de fechamento das escolas. Nesse sentido, pesquisas futuras devem mobilizar outras variáveis explicativas como, por exemplo: o legado de políticas e decisões anteriores, a priorização dada a determinado problema, a autonomia da burocracia especializada e a experiência e perfil dos gestores (Bichir *et al.*, 2017).

Por fim, é preciso ressaltar que este artigo apresenta limitações, tendo em vista a dificuldade de levantar informações confiáveis e explicativas por meio da pesquisa documental. A maior parte dos dados sobre as políticas foram coletados em jornais e notícias *online*, recurso de veiculação que, na maioria das vezes, não aprofunda o conteúdo. Por isso, investigações futuras podem dar seguimento a coleta de informações por meio de entrevistas, questionários e/ou outros instrumentos de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. Bolsonarismo e Educação: quando a meta é desconstruir uma política pública. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (org.) **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. 1o ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2021, p. 255-270.

ABRUCIO, F. L.; GRIN, E. J.; FRANZESE, C.; SEGATTO, C.; COUTO, C. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n.4, 2020.

ALMEIDA, Maria H. T. de. Recentralizando a federação? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, 2005, p. 29-40.

ARRETCHE, Marta. SCHLEGEL, Rogerio. **Os estados nas federações: Tendências gerais e o caso brasileiro**. Brasília: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2014.

As promessas de Rui Costa Governador da Bahia. **G1**. Bahia, 2 de janeiro de 2023 Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/ba/bahia/2019/as-promessas-de-rui-costa/#/4-anos>. Acesso em: 12 jul. 2023.

Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Projeto Mãos Dadas é criticado por cidades do Norte de Minas. ALMG, Belo Horizonte, 05 de agosto de 2022. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2022/08/05_educacao_projeto_maos_dadas_montes_claros_norte. Acesso em: 25 jun. 2023.

BAHIA. Mais de R\$3,5 bilhões são investidos na modernização e construção de novas escolas em tempo integral. **Portal Oficial do Governo do Estado**. Salvador, 20 junho de 2022. Disponível em: <https://www.bahia.ba.gov.br/2022/06/noticias/educacao/mais-de-r-35-bilhoes-sao-investidos-na-modernizacao-e-construcao-de-novas-escolas-em-tempo-integral/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BAHIA. Mais Futuro. **Secretaria de Educação do Estado**. Disponível em: <http://maisfuturo.educacao.ba.gov.br/permanencia>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

BAHIA. **LEI Nº 14.310 DE 24 DE MARÇO DE 2021**. Institui o Programa Bolsa Presença na Rede Pública Estadual de Ensino, e dá outras providências. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2021a. Disponível em: <http://www.educacao.ba.gov.br/midias/documentos/lei-n%C2%BA-14310-de-24-de-marco-de-2021>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BAHIA. Estado e municípios discutem o fortalecimento do regime de colaboração na Bahia. Salvador, 18 de janeiro de 2023. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/noticias/estado-e-municipios-discutem-fortalecimento-do-regime-de-colaboracao-na-bahia>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BAHIA. Governo publica Lei que cria o Vale-alimentação estudantil. Salvador, 15 de abril de 2021b. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/noticias/governo-publica-lei-que-cria-o-vale-alimentacao-estudantil?tipo=previous&page=6&tipo=next>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BARBERIA, L. G.; CANTARELLI, L. G. R.; SCHMALZ, P. H. S. **Uma avaliação dos programas de educação pública remota dos estados e capitais brasileiros durante a pandemia do COVID-19**. FGV, Edição: As políticas de ensino à distância no Brasil, 2020. Disponível em: <http://fgvclear.org/site/wp-content/uploads/remote-learning-in-the-covid-19-pandemic-v-1-0-portuguese-diagramado-1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BARBOSA, P. B. **Cooperação interfederativa no Brasil no contexto da pandemia: o caso da prefeitura de Salvador com o governo do estado da Bahia no combate a covid-19.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2021.

BARBOSA, P. B.; FERNANDES, A. S. A.; TEIXEIRA, M. A.; NASCIMENTO, A. B. Cooperação Estado-Município no Contexto da Pandemia: O Caso da Prefeitura de Salvador com o Governo da Bahia. RP 3 - **REVISTA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 1, p. 19-43, 2022.

BICHIR, R., BRETTAS, G. H.; CANATO, P. Multi-level governance in federal contexts: The Social Assistance Policy in the City of São Paulo. **Brazilian Political Science Review**, 11(2), 2017, p. 1-28.

CARVALHO, E. L. Datafolha: 48% aprovam gestão do governador Rui Costa na Bahia; 17% reprovam. **G1**, 21 de setembro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/eleicoes/2022/noticia/2022/09/21/datafolha-48percent-aprovam-gestao-do-governador-rui-costa-na-bahia-17percent-reprovam.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CLEMENTINO, M. do L. M. A atualidade e o ineditismo do Consórcio Nordeste. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, 21(jul.-dez), 2019, p. 165–174.

COELHO, J.; OLIVEIRA, B. R. Análise dos efeitos da implementação da educação remota em Minas Gerais. In: OLIVEIRA, A. C. P.; OLIVEIRA, B. R.; FERNANDES, F. S.; LIMA, N. C. M. **A Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais em ação: trajetória, produção e incidência no campo da educação.** Editora CRV, 2023, p. 125-142. DOI: 10.24824/978652514225.8.125-140

Conselho Estadual de Educação da Bahia. Conselho Estadual de Educação estabelece normas para o Regime Especial de Atividades Curriculares de 2021. Salvador, 9 de julho de 2021. Disponível em: <http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/2021/07/680/Conselho-Estadual-de-Educacao-estabelece-normas-para-o-Regime-Especial-de-Atividades-Curriculares-de-2021.html>. Acesso em: 18 jul. 2023.

Gestões do PT foram as que mais investiram em educação na Bahia. **Jornal Grande Bahia**. Bahia, 29 de abril de 2022. Disponível em: <https://jornalgrandebahia.com.br/2022/04/gestoes-do-pt-foram-as-que-mais-investiram-em-educacao-na-bahia/>. Acesso em: 08 de jul. 2023.

GOMES, D. Bahia tira zero em ensino na pandemia. **Jornal Correio**. Salvador, 17 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/bahia/bahia-tira-zero-em-ensino-na-pandemia--0522>. Acesso em: 18 jul. 2023.

GOMES, S. Políticas nacionais e implementação subnacional: uma revisão da descentralização pós-Fundef. **Dados**, v. 52, n.3, 2009, p. 659–690,

GOMES, S.; MELO, F. Y. M. Processos decisórios dos governos estaduais frente à pandemia. In: SANTANA, L.; NASCIMENTO, E. O. (org.). **Governos e o enfrentamento da pandemia de covid-19.** 1ed. Alagoas: Edufal, 2021, p. 36-51.

GOMES, S.; SANTANA, L.; BRAGATTE, M.; SILAME, T. Governos estaduais e padrões decisórios no enfrentamento da covid-19. In: PALLOTTI, P.; LICIO, L.C.; GOMES, S.; SEGATTO, C.; SILVA, A.L.N.(Orgs.) **E os Estados?** Federalismo, relações

intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo – Rio de Janeiro: IPEA, 2023. p. 677-708.

GRIN, E. J.; FERNANDES, A. S. A.; SEGATTO, C. I. ; TEIXEIRA, M. A. C. NASCIMENTO, A. B. F. M. ; SCHOMMER, P. C. A pandemia e o futuro do federalismo brasileiro. **CADERNOS DE GESTÃO PÚBLICA**, v. 27, p. 10-29, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. 2023. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>>. Acesso em: 06 de jun. de 2023.

LEÃO, M. L. P.; OLIVEIRA, M. T. D.; MANDÚ, T. M. C. Educação escolar na pandemia: políticas públicas do estado de Minas Gerais, Brasil, no enfrentamento da crise do novo coronavírus. *In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias*, UFSCAR, 2020.

LICIO, E. C.; PALOTTI, P. L. M.; MENESES, A. F. P.; PONTES, P. A. M. M. **Governos Estaduais na Execução das Políticas Sociais: saindo de cena?** Boletim de Análise Político-Institucional (Ipea), v. 30, 2021, p. 27-36.

LICIO, E.; PALOTTI, P.P.; MENESES, A. Heterogeneidade como regra: provisão estadual de serviços de Educação, Saúde E Assistência Social. *In: PALOTTI, P.; LICIO, L.C.; GOMES, S.; SEGATTO, C.; SILVA, A.L.N.(Orgs.) E os Estados?* Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo – Rio de Janeiro: IPEA, 2023. p. 505-539.

MACHADO, J. A.; PALOTTI, P. L. M. Entre cooperação e centralização: Federalismo e políticas sociais no Brasil Pós-1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Online), v. 30, p. 61-82, 2015.

MINAS GERAIS. **Decreto N° 113, de 12 de março de 2020**. Diário do Executivo, 2020. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DNE/113/2020/>. Acesso em: 08 jun. 2020.

MINAS GERAIS. Projeto mãos dadas. **Secretaria Estadual de Educação**. Disponível em: https://www2.educacao.mg.gov.br/images/Nova_Cartilha_Projeto_Maos_Dadas.pdf. Acesso em: 16 jul. 2023

MINAS GERAIS. Julia Sant'Anna deixa o cargo de secretária da Educação e anuncia Igor de Alvarenga como substituto da pasta. Belo Horizonte, 08 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/julia-sant-anna-deixa-o-cargo-de-secretaria-da-educacao-e-anuncia-igor-de-alvarenga-como-substituto-da-pasta/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MINAS GERAIS. **Resolução N°4.310/2020**. Secretaria Estadual de Educação, 2020. Disponível em: <https://srepousoalegre.educacao.mg.gov.br/index.php/9-noticias/156-resolucao-see-n-4-310-2020>. Acesso em: 15 jul. 2023.

NOVO. **LIBERDADE AINDA QUE TARDIA - Plano de Governo**. Minas Gerais, 2018. Disponível em: http://estaticoq1.globo.com/2018/11/promessas/Minas_Gerais_Zema.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

OLIVEIRA, V. E.; FERNANDEZ, M. Política de Saúde no Governo Bolsonaro: desmonte e negacionismo. In: Leonardo Avritzer; Fábio Kerche; Marjorie Marona. (Org.). **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. 1ed.São Paulo: Editora Autêntica, 2021, v. 1, p. 287-302.

OLIVEIRA, K.; SEGATTO, C. I. A regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE) no Brasil: um longo debate. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 18, p. 1–14, 2023. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.18.21495.044.

Programa de Governo Participativo (PGP), 2018. Rui Costa. Bahia, 13 de agosto de 2018. Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/plano_governo_r13_20112018.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

RIBEIRO, M. M.; MACAYA, J.; STORINO, F.; PORTILHO, L.; BARBOSA, A. F.; CUNHA, M. A. V. Capacidades estatais em tecnologias de informação e comunicação e exclusão digital nos estados brasileiros. In: PALLOTTI, P.; LICIO, L.C.; GOMES, S.; SEGATTO, C.; SILVA, A.L.N.(Orgs.) **E os Estados?** Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo – Rio de Janeiro: IPEA, 2023.

RODRIGUES, L. C. E. **O Projeto Somar na gestão do governo Zema (2019-2022): educação pública x interesses privados**. 2023. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

ROMULO, H.; MARQUES, A.; FERNANDEZ, M.; ALMEIDA, H. N.; SILAME, T. Pacto federativo e coordenação intergovernamental na saúde em tempos de covid-19. In: SANTANA, L.; NASCIMENTO, E. O. (org.). **Governos e o enfrentamento da pandemia de covid-19**. 1ed. Alagoas: Edufal, 2021, p. 24-37.

Rui Costa, do PT, é reeleito governador da Bahia. **G1**, 07 de outubro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/rui-costa-do-pt-e-reeleito-governador-da-bahia.ghtml>. Acesso em: 8 jul. 2023.

SANTANA, C.; AMINE, J. Rui se diz 'surpreso' com críticas à educação: 'É muita cara de pau'. **Bahia.ba**, 26 de abril de 2022. Disponível em: <https://bahia.ba/eleicoes2022/rui-costa-se-diz-surpreso-com-criticas-a-educacao-estadual-e-muita-cara-de-pau/>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

SANTANA, L.; PEREZ, O. C. Os governos estaduais e as ações de enfrentamento à pandemia no Brasil. **Nexo Jornal**, Online, 10 maio de 2020. Disponível em: <www.nexojornal.com.br/especial/2020/05/10/Como-os-governos-estaduais-lidam-com-a-pandemia>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SANTANA, L. ; PEREZ, O. C.; NASCIMENTO, E. O. Pandemia, negacionismo e crise no governo Bolsonaro. In: NASCIMENTO, E. O.; SANTANA, L. (Org.). **Governo e o enfrentamento da COVID-19**. 1ed. Alagoas: EDUFAL, 2021, v. 1, p. 10-24.

SEGATTO, C. ABRUCIO, F. A cooperação em uma federação heterogênea: o regime de colaboração na educação em seis estados brasileiros. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 21, núm. 65, 2016.

SEGATTO, C.I. **O papel dos governos estaduais nas políticas municipais de Educação:** uma análise dos modelos de cooperação intergovernamental. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, André Luís Nogueira da. **Os Estados Importam! Determinantes da Cooperação Subnacional nas Políticas de Educação e Saúde do Brasil.** Tese apresentada ao curso de Doutorado da Fundação Getúlio Vargas, 2020.

SOUZA, C. Coordenação, uniformidade e autonomia na formulação de políticas públicas: experiências federativas no cenário internacional e nacional. **Cad. Saúde Pública**, no 35, 2019.

SOUZA, C. Estados: O elo perdido na cadeia federativa? In: PALLOTTI, P.; LICIO, L.C.; GOMES, S.; SEGATTO, C.; SILVA, A.L.N.(Orgs.) **E os Estados?** Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo – Rio de Janeiro: IPEA, 2023.

SOUZA, C.; FONTANELLI, F. Antídotos institucionais do federalismo brasileiro: a covid-19 mudou a dinâmica federativa? In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (org.) **Governo Bolsonaro:** retrocesso democrático e degradação política. 1 ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2021, p. 151-164.

TRAJANO, H.; FREITAS, Raquel. Romeu Zema, do Novo, é eleito governador de Minas Gerais. **G1**, 28 de outubro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/romeu-zema-do-novo-e-eleito-governador-de-minas-gerais.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2023.

VASCONCELOS, A.C. A seis meses do término de seu mandato, saiba quais patrimônios mineiros Zema quer privatizar. **Brasil de Fato:** Minas Gerais, 31 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2022/05/31/a-seis-meses-do-termino-de-seu-mandato-saiba-quais-patrimonios-mineiros-zema-quer-privatizar>. Acesso em: 25 jun. 2023.

VIANA, A. L. D. A.; SOUZA, L. E.; IOZZI, F. L.; PEREIRA, A. P. C. M.; SAMPAIO, R. F.; Salles, N. N. S. Atuação dos estados no combate à pandemia de covid-19: uma nova construção federativa? reflexões desde a Bahia. In: PALLOTTI, P.; LICIO, L.C.; GOMES, S.; SEGATTO, C.; SILVA, A.L.N.(Orgs.) **E os Estados?** Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil contemporâneo – Rio de Janeiro: IPEA, 2023, p. 711-758.

VIEIRA, A. C.; ARAÚJO, M. E. Como o estado de Minas Gerais está trabalhando para alcançar o objetivo “Educação de Qualidade”, no contexto da pandemia de COVID-19. **Educação Sem Distância**, Rio de Janeiro, n.4, dez. 2021.